

Factos são factos, números são números

O desemprego é "uma questão psicológica"

João Martins Pereira*

"Factos são factos", "números são números" - ouvimos dizer tantas vezes, a quem com isso pretende sugerir que não são matéria de discussão. Ora se já a expressão merece reservas, o subentendido é simplesmente inaceitável. Reservas, no primeiro caso, porque como todos sabemos, tanto factos como números são manipuláveis: os factos podem ser intencionalmente amputados ou seleccionados, e deles pode haver diferentes versões, segundo quem os viu, quem os relata, quem os comenta; quanto aos números, nem se fala: de onde vêm?, quem os calculou?, como?, que instruções recebeu?, de quem?, etc. Mas ainda que uns e outros sejam (ou fossem) de total confiança, é justamente a sua discussão o mais importante. Basta ver alguns exemplos.

São factos indesmentíveis que o desemprego em Portugal tem vindo a aumentar fortemente no último ano e meio e que o trabalho infantil atinge entre nós níveis desconhecidos nos restantes países europeus. Temos também de aceitar o facto, vindo de onde vem (do próprio ministro das Finanças, em declarações aos jornalistas), de que a evasão fiscal em Portugal "poderá andar acima dos 2% e abaixo dos 5% do Produto Interno Bruto".

Estes são factos a que nenhum cidadão deveria ficar indiferente. Reflectir sobre eles e discuti-los é condição de um indispensável confronto entre diferentes "olhares" sobre a sociedade em que vivemos. Não podemos furtar-nos a isso. Se não vejamos.

Quanto ao desemprego, podem alguns dizer que o seu aumento, por desagradável que seja, "revela que a economia se está a modernizar" (ou até, como

um ministro já uma vez ousou dizer, que se trata, em boa parte, de uma "questão psicológica"! São os mesmos que se revoltam com a Inclusão de Portugal (como único país europeu) num relatório americano sobre trabalho infantil, porque "isso poderá afectar seriamente a imagem do país e prejudicar as nossas exportações, que cairiam sob a alçada da concorrência desleal". E são ainda os mesmos que vêem agora na possível recuperação das dívidas ao fisco e à Segurança Social tão só a possibilidade de "solucionar o

Poucos têm condições para "fazer fortuna a dormir", vivendo de heranças, da especulação ou da corrupção - era bom que fossem cada vez menos.

problema do défice orçamental" e dar assim resposta às advertências de Bruxelas. Sobre tais factos, este é o discurso do Poder: o desemprego como sinal de progresso, o trabalho infantil como "má imagem", a fuga ao fisco como mero factor de desequilíbrio orçamental.

Outros pensarão que numa sociedade em que o trabalho é a fonte básica de rendimentos e de subsistência do cidadão comum (poucos têm condições para "fazer fortuna a dormir", vivendo de heranças, da especulação ou da corrupção - e era bom que fossem cada vez menos, e é o inverso que está a acontecer), o problema do emprego, logo do desemprego, deveria ser a priori-

dade das prioridades, a requerer soluções que não poderão contornar o conceito de "solidariedade social". Os que assim pensam serão os mesmos para quem o trabalho infantil é o sinal insuportável da persistência de "bolsas" de sub-desenvolvimento no país, onde a sobre-exploração se alia à miséria e à sub-educação. O problema deve, sim, ser evidenciado e atacado, não ocultado com objectivos comerciais.

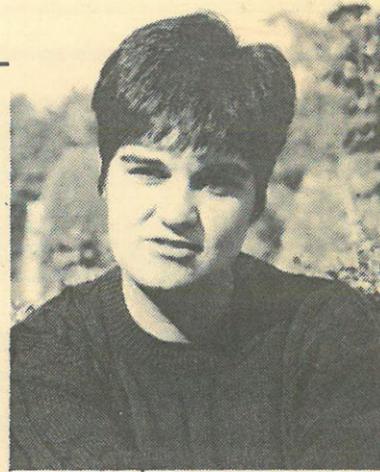
Enfim, estes são os mesmos ainda que se surpreendem com as guerras políticas em torno do crescimento ou decréscimo do PIB (questões de mais ou menos 1% nos últimos anos), quando se vem a saber que muito mais do que esses valores anda ilegalmente pelos bolsos de empresários, especuladores ou clubes de futebol, dando argumento ao Governo para cortar nas reformas e em outros benefícios sociais.

O modo como "vemos o mundo", resultante da educação, da experiência, das leituras, das discussões, do uso da razão sobre tudo isso e, naturalmente também, dos nossos interesses individuais e colectivos - isso é, numa palavra, a nossa "ideologia" (ou melhor, o nosso "lugar ideológico"). É ela que nos faz olhar factos e números de uma determinada maneira, e não de outra. "Factos são factos", "Números são números". Mas somos nós que decidimos qual o seu significado.

Ser capaz de o fazer, é o que distingue o indivíduo anónimo, passivo e mero consumidor das opiniões alheias, do cidadão social e politicamente empenhado. A "aprendizagem do mundo" é, em simultâneo, a capacidade de tomar partido. Ou de decidir não tomar, sabendo porquê. ♦

*Economista

EDITORIAL



ALBERTINA
ANTUNES

Chegou mais um ano!

Um ano que começa e tanto se ouve falar da necessidade das pessoas estarem formadas e informadas sobre o que se passa à sua volta. E então para nós, os jovens, e para não sermos chamados "geração rasca", é importante cuidarmos da formação e da educação.

Para mim, a formação e educação são aspectos fundamentais da pessoa humana. Só assim conseguirá criar um sentido crítico sobre o que a envolve.

Mas será que esta formação, informação e educação estão ao alcance de todas as classes? Ou será que a maneira como ela é realizada vai criando, cada vez mais, a discriminação entre classes?

Façamos uma pequena análise sobre alguns aspectos que são importantes para qualquer cidadão.

Quando um jovem trabalhador se dirige a uma delegação pública a solicitar informação, muitas vezes, é-lhe respondido: Consulte o editorial número tal, preencha o impresso Y de acordo com o decreto lei X.

É claro que não se estabelece comunicação, porque quem procura informação não sabe descodificar os elementos que lhe são fornecidos. Mas quem a forneceu não é também um trabalhador? Será que foi educado para fazer daquele modo?

Na informação que nos entra nas nossas casas pela TV e pela rádio, ou que é feita pelos jornais, será que a linguagem é acessível a todas as pessoas? Será que entendemos o que se passa à nossa volta a nível político nacional e internacional? Ou a informação que entendemos é aquela que põe em causa alguns valores de pessoa humana? É aquela que devemos consumir para adquirir, cada vez mais, bens secundários?

A educação é algo tão importante para a formação integral da pessoa! Mas o que vemos?

Está decretado que até ao 9º ano unificado é obrigatório que os jovens estudem. Mas o que verificamos é que existem crianças a ingressar no mundo do trabalho.

Os jovens que querem entrar no ensino superior são impedidos por dificuldades económicas, pois sendo oriundos de famílias operárias não têm possibilidade de concorrer. A sua situação económica não lhes permite, pois o agregado familiar tem salários baixos ou foi vítima do desemprego.

Poderia enumerar muitas mais realidades que constituem impedimento à nossa formação e educação, mas não quero aborrecer.

Lanço o apelo àqueles que têm "poder" nas decisões, que quando comunicarem connosco falem em linguagem simples para que todos os cidadãos possam, pouco a pouco, adquirir o espírito crítico sobre a nossa sociedade.

É necessário que entre o emissor e o receptor se estabeleça a comunicação, e para isso, é preciso que nós saibamos descodificar a vossa linguagem senhores do poder. ♦